

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANDRÉ DA ROCHA  
Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos  
PROCESSO N° 20/2016  
MODALIDADE: **TOMADA DE PREÇO N.º 002/2016**  
**TIPO MENOR PREÇO GLOBAL**

**Edital de tomada de preços objetivando a pavimentação asfáltica em CBUQ e drenagem do acesso SUL da BR-470, na saída para Nova Prata da Avenida Buarque de Macedo, no Município de André da Rocha/RS.**

O PREFEITO MUNICIPAL DE ANDRÉ DA ROCHA - RS, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, torna público, para o conhecimento dos interessados, que às **14h00min, do dia 21 de março de 2016**, na sala de licitações, localizada no Centro Administrativo Municipal, sito à Rua Marcolino Pereira Vieira, nº 1393 Centro, cidade de André da Rocha/RS, a Comissão Permanente de Licitações, devidamente designados, se reunirão com a finalidade de receber propostas de empreitada por preço global conforme adiante descreve.

#### **1. CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO**

01.1. Poderão participar desta licitação todas as empresa ou entidades do ramo pertinente ao objeto ora licitado, cadastradas no Município de André da Rocha/RS, até o terceiro dia anterior ao fixado para o recebimento das propostas.

01.2. Não serão admitidas à licitação as empresas tiverem sido declaradas inidôneas por ato do Poder Público; estiverem sob processo de falência ou concordata; encontram-se impedidas de licitar, contratar, transacionar com a Administração Pública ou qualquer dos seus órgãos; reunidas em consórcio; tenham como dirigente, gerente, acionista, responsável técnico ou subcontratado do autor do projeto, ou ainda, servidor ou dirigente de órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação.

01.3. Não será permitida a participação de mais de uma empresa sob controle acionário de um mesmo grupo jurídico.

**2. OBJETO:** Destina-se a presente licitação a contratação de empresas executar obra de pavimentação asfáltica em CBUQ e drenagem mediante empreitada por preço global em trecho do acesso SUL da BR-470, na saída para Nova Prata da Avenida Buarque de Macedo, no Município de André da Rocha/RS, com a área total de 5.093,00m<sup>2</sup>, tendo como dados da obra:

Objeto: Pavimentação Asfáltica em CBUQ no Acesso Sul à BR-470

Trecho: Pavimentação asfáltica no Acesso Sul À BR 470, iniciando no final do trecho já pavimentado com paralelepípedos até a pavimentação da BR-470.

Extensão: 463,00m

Largura do pavimento: 7,00m

Abertura de pista 12,00

Tudo conforme os termos do projeto técnico, memorial descritivo, planilha de orçamento e cronograma físico-financeiro, que integram o presente Processo Licitatório.

### **3. DO CADASTRO**

3.1- Poderão participar desta licitação os fornecedores que estiverem devidamente cadastrados juntos a esta Municipalidade até 72 horas antes da data de abertura. A documentação necessária para cadastro é a constante nos itens **4.2.1 à 4.1.5**.

3.2. O item acima citado refere-se aos fornecedores que ainda não são cadastrados na Prefeitura Municipal de André da Rocha/RS, ou que estiverem com o seu cadastro desatualizado. Maiores informações através do telefone (054) 3611-1330.

### **4- DO EDITAL**

4.1- As impugnações ao ato convocatório da Tomada de Preço serão recebidas até 2 (dois) dias úteis antes da data fixada para o recebimento das propostas, devendo ser protocoladas diretamente no Setor de Licitações;

4.1.1 - Decairá do direito de impugnar os termos do presente edital perante a administração o licitante que, tendo-os aceito sem objeção, venha a apontar a abertura dos envelopes, falhas e irregularidades que o viciaria, hipótese em que tal comunicação não terá efeito de recurso.

4.1.2- A impugnação feita tempestivamente pelo licitante não o impedirá de participar do processo licitatório até trânsito em julgado da decisão a ela pertinente.

4.1.3- A petição será dirigida à autoridade subscritora do Edital, que decidirá sobre aceitação ou não da impugnação;

4.1.4- Acolhida à petição contra o ato convocatório, será designada nova data para abertura dos envelopes, exceto quando inquestionavelmente, a alteração do Edital não afetar a formulação da proposta;

4.1.5- Se das impugnações resultar a necessidade de modificar o Edital, a alteração será divulgada aos participantes pelos meios em que primeiramente foram publicados.

4.1.6- Em todas as fases da presente licitação, serão observadas as normas previstas nos incisos, alíneas e parágrafos do Art. 109 da Lei nº 8.666/93 atualizada pela Lei nº 8.883/94 e alterações posteriores.

4.2. Parte da documentação necessária para cadastro poderá ser substituída por Registro Cadastral emitido pelo Município de André da Rocha/RS.

#### **4.2.1 - HABILITAÇÃO JURÍDICA:**

a) Cédula de Identidade dos sócios-cotistas, diretores, etc...;

b) registro Comercial no caso de empresa comercial;

c) ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;

d) decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

#### **4.2.2 - REGULARIDADE FISCAL:**

a) prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ/MF);

b) prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes do Município, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividades;

c) prova de regularidade quanto aos tributos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB e quanto à Dívida Ativa da União administrada pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional – PGFN (Certidão Conjunta Negativa);

d) prova de regularidade com a Fazenda Estadual e Municipal, relativas ao domicílio ou sede do licitante;

e) prova de regularidade junto ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS); e,

f) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas; (CNDT).

g) Comprovante de Inscrição no Cadastro de Contribuintes do Estado e do Município (DIC e ALVARÁ), relativo ao domicílio ou sede da licitante, pertinente ao ramo de atividade e compatível com o objeto contratual.

#### **4.2.3 - QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:**

**a)** Comprovação de aptidão para a realização do objeto da presente licitação, compatível com as características descritas no item “2”, através de no **mínimo um atestado** de capacidade técnica, expedido no máximo há um ano, devidamente registrado no CREA ou CAU, acompanhados da respectiva Certidão de Acervo Técnico – CAT, comprovando a execução, pelo(s) profissional(is) do quadro técnico da empresa, de serviços/obras de características semelhantes e de complexidade tecnológica e profissional equivalentes ou superiores às parcelas de maior relevância técnica e valor significativo ao objeto da licitação;

Obs. As pessoas jurídicas poderão fazer uso dos atestados de capacidade técnica mediante comprovação de vínculo com o(s) profissional (is) citado(s) nos mesmos, mediante a apresentação de um dos seguintes documentos:

I - Ficha de Registro de Empregado e Carteira de Trabalho;

II – Contrato de Trabalho ou Contrato de Prestação de Serviço (registrados em cartório);

II - Em se tratando de sócio ou diretor, esta comprovação deverá ser feita pelo Contrato Social em vigor, devidamente registrado no órgão competente.

**b)** Certidão de registro da empresa e de todos os profissionais integrantes de seu quadro técnico no Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia – CREA ou CAU (Conselho de Arquitetura e Urbanismo), com prazo de validade em vigor;

#### **4.2.4 - QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:**

**a)** balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, com indicação do nº. do Livro Diário, número de registro na Junta e numeração das folhas onde se encontram os lançamentos, que comprovem a boa situação financeira da empresa, cujos por índices mínimos aceitáveis serão apurados pela aplicação da seguinte fórmula:

*AD*

- **ÍNDICE INSTANTÂNEA:**-----= *índice mínimo: (1,00)*

*PC*

*AC*

- **ÍNDICE CORRENTE:** -----=*índice mínimo:(1,00)*

*PC*

*AC + ARLP*

- **LIQUIDEZ GERAL:** ----- =*índice mínimo: (1,00)*

*PC + PELP*

*PC + PELP*

**GRAU DE ENDIVIDAMENTO:** ----- = *índice máximo (0,51)*

**Observação:** É vedada substituição do balanço por balancete ou balanço provisório, podendo aquele ser atualizado por índices oficiais quando encerrado há mais de 03 (três) meses da data de apresentação da proposta.

**b)** certidão negativa de falência ou concordata e/ou certidão negativa judicial cível, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, em prazo não superior a 30 (trinta) dias da data designada para a apresentação do documento;

4.3- Os documentos constantes dos itens 4.2.1 a 4.2.4 poderão ser apresentados em original, por cópia autenticada por tabelião ou por funcionário do Município de André da Rocha, ou publicação em órgão de imprensa oficial. Sendo que os documentos do item 4.2.2 poderão, ainda, serem extraídos de sistemas informatizados (internet) ficando sujeitos à verificação de sua autenticidade pela Administração.

4.4- A documentação necessária para cadastro poderá ser substituída por Registro Cadastral emitido pelo Município de André da Rocha/RS.

## 5. DO RECEBIMENTO DOS DOCUMENTOS E DAS PROPOSTAS

5.1- Os documentos necessários à habilitação e as propostas serão recebidas pela Comissão de Licitação no dia, hora e local mencionados no preâmbulo, em 02 (dois) envelopes distintos, fechados, e identificados, respectivamente como de n.º. 1 e n.º. 2, para o que se sugere a seguinte inscrição:

-----  
**AO MUNICÍPIO DE ANDRÉ DA ROCHA**  
**EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS N.º002/2016.**  
**ENVELOPE N.º 01 - DOCUMENTAÇÃO**  
**PROPONENTE (NOME COMPLETO DA EMPRESA)**  
-----

-----  
**AO MUNICÍPIO DE ANDRÉ DA ROCHA**  
**EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS N.º002/2016**  
**ENVELOPE N.º 02 - PROPOSTA**  
**PROPONENTE (NOME COMPLETO DA EMPRESA)**  
-----

5.2- Para a habilitação o licitante deverá apresentar **no envelope n.º 01:**

**a)** Certificado de Registro Cadastral atualizado fornecido pelo Município de André da Rocha/RS.

**b)** Os documentos descritos nos itens 4.2.2, alíneas "c", "d", "e", e "f"; item 4.2.3, letras "a" e "b" e item 4.2.4, letra "b";

**c)** Licença de Operação de Usina de Britagem, emitida pelo órgão ambiental cometente (FEPAM), em vigor, e se, a Usina não for de propriedade do licitante, deverá ser apresentada declaração de sua disponibilidade, assinada pelo proprietário, devidamente autenticada, devendo ser anexada a respectiva Licença de Operação da mesma.

**d)** Comprovação de possuir Usina de Britagem ou Contrato de Fornecimento, assinado pelo licitante e pelo representante legal da proprietária da Usina, que atenderá ao objeto contratual.

**e)** Licença de Operação de Usina de Asfalto, emitida pelo órgão ambiental competente (FEPAM), em vigor.

**f)** Comprovação de possuir Usina de Asfalto, para elaboração do CBUQ (Concreto Betuminoso Usinado a Quente), devendo estar em conformidade com o Edital.

**g)** Declaração da empresa de que não possui em seu quadro de funcionários, menores de 18 anos, conforme Lei federal nº 9.854, de 27/10/1999, e inciso XXXIII do art. 7º, da Constituição Federal, inclusive no art. 27 da lei federal nº 8.666/93 de 21/06/1993 e alterações, assinada pelo representante legal da licitante;

**h)** Declaração renunciando o direito de interpor qualquer recurso administrativo ou judicial, caso a empresa licitante seja habilitada na presente fase, caso o representante legal ou procurador não se façam presentes. (ESTE ÍTEM É OPCIONAL).

**i)** Comprovante de vistoria do local onde será executada a obra.

**j)** As empresas que pretenderem se utilizar dos benefícios da Lei Complementar nº 123/06, previstos nos art. 42 a 45, deverão entregar, no envelope de habilitação **Declaração, firmada por contador e reconhecida em cartório**, de que se enquadra como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte nos termo da legislação, **acompanhada** da Certidão de Regularidade Profissional emitida via internet, no site do Conselho Regional de Contabilidade, **juntamente com** o comprovante de enquadramento emitido pelo órgão competente. (ESTE ÍTEM É OPCIONAL).

**k) Declaração do proponente** de que a empresa, não possui vínculo empregatício com órgão ou entidade pública da administração direta ou indireta e de que não possui em seu quadro societário servidor da ativa, ou empregado de empresa pública ou de sociedade de economia mista.

**l)** Além do Responsável Técnico pela obra, a licitante deverá comprovar que possui, em seu quadro permanente, na data prevista para entrega dos envelopes, equipe técnica conforme relação abaixo. A comprovação deverá ser feita, em se tratando de empregado, cópia da Ficha ou Livro de Registro de Empregado registrada na DRT e/ou cópia reprográfica autenticada da Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS), no caso de sócio da empresa, através da cópia reprográfica autenticada do Ato Constitutivo ou Contrato Social, atualizados.

- 01 (um) responsável pelo serviço de topografia (topógrafo ou engenheiro civil);
- 01 (um) responsável pelo laboratório de solo e asfalto (laboratorista ou engenheiro civil);
- 01 (um) encarregado de obras.

**m)** Para os profissionais mencionados não poderá haver o acúmulo de funções.

Obs.1) A licitante vencedora somente poderá substituir os profissional indicados para fins de comprovação de capacitação técnico-operacional em caso de força maior por profissionais de experiência equivalente ou superior, mediante aprovação do Município, desde que atendidas as exigências do edital.

Obs. 2) No transcorrer da obra, a substituição do Responsável Técnico somente será aceita pelo Município mediante o cumprimento de todas as exigências do edital, inclusive em relação aos Atestados Técnicos, devendo a licitante, também, recolher ART referente à obra.

**n)** Declaração assinada pelo representante legal da empresa de que disporá do aparelhamento (máquinas e equipamentos) adequado e indispensável à realização do objeto do certame, com, no mínimo, os bens a seguir relacionados:

- 01 (uma) motoniveladora pesada equipada com escarificador;
- 01 (um) rolo compactador vibratório liso;
- 01 (um) rolo compactador pneumático;
- 05 (cinco) caminhões caçamba basculante de capacidade acima a 5m<sup>3</sup>;
- 01 (um) caminhão pipa capacidade de 8.000 litros;
- 01 (um) caminhão espargidor de asfalto;
- 01 (um) vidro acabadora com rosca distribuidoras e dispositivo eletrônico de controle de espalhamento da massa asfáltica;

- 01 (um) conjunto completo de laboratório de campo para cálculo de densidade (solo ou base) com o seguinte equipamento mínimo; balança, jogo completo de peso, cone, placa, frasco e fogareiro com frigideira.

Obs.: A declaração apresentada pela licitante deverá conter expressamente, as máquinas e equipamentos acima relacionados, no mínimo, bem como o compromisso de que os manterá permanentemente na obra, até o final da execução da mesma. Qualquer maquinário ou equipamento só poderá ser retirado do canteiro de obras com autorização expressa da fiscalização.

**o)** Declaração assinada pelo representante legal da empresa de disponibilidade de laboratório de asfalto, localizado junto à usina de asfalto, com os seguintes equipamentos mínimos:

- 01 (um) jogo completo de peneiras;
- 01 (uma) estufa;
- 01 (um) aparelho Rotarex;
- 01 (um) aparelho banho-maria;
- 01 (uma) prensa para ruptura do Marshall;
- 01 (um) conjunto completo para moldagem do ensaio Marshall;
- balanças necessárias para granulometria e determinação de densidade do ensaio

Marshall.

**p)** Apresentar documento com o cálculo abaixo, firmado por contador:

AD

LIQUIDEZ INSTANTÂNEA:-----= PC

AC

LIQUIDEZ CORRENTE: -----= PC

AC+ARLP

LIQUIDEZ GERAL: -----= PC+PELP

PC+PELP

GRAU DE ENDIVIDAMENTO:-----= AT

**q)** Declaração de que a empresa cumpre as Normas de Segurança e Medicina do Trabalho da Portaria nº. 3.214/78 e alterações.

**r)** Declaração assinada por Diretor ou Representante Legal da Empresa, devidamente identificado por carimbo ou datilografia do nome e qualificação, em papel timbrado, sem rasuras, entrelinhas ou emendas, de que não estão sob os efeitos de uma Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, nos termos do Inciso IV, do Artigo 87, da Lei nº 8.666/93.

**s)** Comprovação de possuir capital social líquido mínimo não inferior a 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação, na forma da lei, admitida à atualização para esta data através de índices oficiais, podendo ser através de Certidão expedida pela Junta Comercial, Contrato Social e/ou respectivas alterações, devidamente averbados na Junta Comercial do Estado onde se localiza a sede da licitante.

**t)** Declaração da licitante que tem plena ciência do que prescreve a Recomendação Técnica em anexo.

5.2.1. O não atendimento ao solicitado na letra “j” acima será entendido como renúncia a qualquer privilégio e a empresa receberá o mesmo tratamento dispensado às demais, não beneficiadas pelo Estatuto da Microempresa.

5.2.2. A microempresa e a empresa de pequeno porte, que atender a letra “j”, que possuir restrição em qualquer dos documentos de **regularidade fiscal 4.2.2**, terá sua habilitação condicionada à apresentação de nova documentação, que comprove a sua regularidade em **cinco dias úteis**, a contar da data em que for declarada como vencedora do certame.

**I - Entende-se por restrição:**

- a) Certidão Positiva de qualquer esfera ou documento que comprove débito;
- b) Informação fiscal do contribuinte em débito (Receita Federal);
- c) Consulta de Regularidade das Contribuições Previdenciárias em débito (INSS).

5.2.3. O benefício de que trata o item anterior não eximirá o proponente, da apresentação de todos os documentos, ainda que apresentem alguma restrição.

5.2.4. O prazo de que trata o item 5.2.2 poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, a critério da Administração, desde que seja requerido pelo interessado, de forma motivada e durante o transcurso do respectivo prazo.

5.2.5. A não regularização da documentação, no prazo fixado no item 5.2.2, implicará na decadência do direito à contratação, sem prejuízo das penalidades previstas no item 11 deste edital, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

5.2.6. Os documentos de habilitação solicitados deverão estar em vigor na data prevista para abertura dos envelopes, sob pena de inabilitação.

5.2.7. Todos os documentos apresentados através de cópia deverão ser autenticados e aqueles extraídos da internet terão sua autenticidade confirmada pela Comissão de Licitação;

5.2.8. Caso a empresa proponente estiver sendo representada por procurador, deverá conter também a cópia autenticada ou original da procuração concedendo amplos poderes para assinar a proposta financeira;

5.2.9. Todos os documentos apresentados pela licitante deverão corresponder unicamente à matriz ou a filial da empresa que se habilita para o certame licitatório. Os documentos devem ser em nome de uma única empresa (razão social).

5.2.10. Será inabilitada a empresa cujo envelope “documentos” contiver referências ao conteúdo do envelope “propostas”.

**5.3- O envelope n.º 02 deverá conter:**

a) proposta financeira, mencionando o **PREÇO GLOBAL PARA EXECUÇÃO DA OBRA**, onde deverão estar incluídos todos os custos com material, mão-de-obra, inclusive os BDIs (impostos, taxas, contribuições sociais, lucro do empreendimento, etc), **cotando preço dos serviços (mão-de-obra) e dos materiais**, contendo dados necessários à identificação do licitante, não pode ter emendas e/ou rasuras, de forma legível, DEVENDO SER ASSINADA PELO LICITANTE OU SEU REPRESENTANTE CREDENCIADO.



b) **Planilhas de quantitativos, custos unitários e totais**, para materiais e mão-de-obra, expresso em moeda corrente nacional, devidamente assinada pelo proponente ou seu procurador constituído e por seu Responsável Técnico. Sendo vencedora licitante que optar pelo benefício da Lei Complementar nº 123, deverá reapresentar planilha com os valores devidamente atualizados em data anterior à homologação.

c) **Cronograma Físico-Financeiro**, prevendo o início das atividades **imediatamente** após a assinatura do contrato e a emissão do TERMO DE INÍCIO DE OBRAS, o qual se dará em 02 (duas) dias úteis após a assinatura do Contrato, contendo a etapa de execução e a respectiva parcela de pagamento bem definida, com seu respectivo valor distribuído em 02 (duas) etapas de 30 (trinta) dias a primeira e 60(sessenta)dias a segunda, conforme cronograma físico-financeiro, devidamente assinado pelo proponente ou seu procurador constituído e por seu Responsável Técnico.

d) **Declaração do proponente** de que se responsabiliza pela execução das obras e pela fiel observância das especificações técnicas, devidamente assinada pelo proponente ou seu procurador constituído;

e) **Detalhamento do BDI para cada obra**, que o licitante for cotante.

5.4. A apresentação das propostas implica na aceitação, por parte do licitante, das condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos, em especial quanto ao que segue:

a) validade das condições da proposta pelo prazo de 60 (sessenta) dias corridos, contados da data de abertura da proposta (art. 64, §3º da Lei Federal 8666/93).

5.5. Os valores unitários e totais cotados deverão ser apresentados com duas casas após a vírgula, observando-se que o descumprimento dessa determinação implicará no aproveitamento da proposta dentro destes limites, não sendo permitidos arredondamentos;

5.6. As propostas, uma vez aberta vinculam os licitantes, obrigando-os a execução da empreitada por preço global cotada(s). Caso contrário o infrator será punido nos termos constantes no presente Edital e na Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

5.7. Pedidos de retificação por engano de preços somente serão aceitos antes da abertura das propostas.

**5.8. Não serão aceitas propostas financeiras com valor superior à R\$ 312.108,25 (Trezentos e doze mil cento e oito reais e vinte e cinco centavos).**

5.9. Fica expressamente vedada a subcontratação parcial ou total do objeto licitado.

## **6. DOS CRITÉRIOS DE JULGAMENTO E DESEMPATE**

6.1- Esta Licitação será processada e julgada pela Comissão Permanente de Licitações, designadas pelo Prefeito Municipal (Portaria nº 04/2016), que poderão ser assessoradas por técnicos e/ou especialistas.

6.2- No local, data e hora previstos no preâmbulo deste Edital, a Comissão de Licitações, de posse dos envelopes intitulados "Documentos", passará, imediatamente, à apreciação do conteúdo desses, nos termos da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, sendo as folhas neles contidas, rubricadas uma a uma pelos membros da comissão e pelos licitantes presentes ao ato;

6.3- Finda a fase de habilitação, a Comissão de Licitações e Compras apreciará o conteúdo dos envelopes intitulados "Propostas", daqueles licitantes julgados habilitados, tudo em conformidade com a Lei Federal nº 8.666/93 e alterações posteriores, sendo as folhas neles contidas, rubricadas uma a uma pelos membros da comissão e pelos licitantes presentes ao ato;

6.4- Esta licitação é do tipo *menor preço* e o julgamento será realizado pela Comissão Julgadora, sendo considerado vencedor o licitante que apresentar a proposta de acordo com as especificações do edital e ofertar o **MENOR PREÇO GLOBAL** para execução das empreitadas acima especificadas.

6.5- Serão desclassificadas as propostas que:

a) contiverem preços excessivos ou que, após análise da Comissão Permanente de Licitações, contiverem preços manifestamente inexequíveis;

b) oferecem redução de preços sobre a proposta de menor valor ou contrariarem a legislação vigente, ressalvados os casos expressos na legislação (LC 123/2006);

6.6- Verificada absoluta igualdade de condições entre duas ou mais propostas (empate), e, não ocorrendo o disposto no art. 44 e seu parágrafo único da LC nº 123/2006, se procederá sorteio em ato público, nos termos do art. 45, § 2º da Lei Federal n.º 8666/93 e suas alterações posteriores.

6.7- Entende-se por empate, aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas Microempresas ou Empresas de Pequeno Porte, sejam iguais ou até 10% (dez por cento) superiores à proposta mais bem qualificada.

6.8- Para efeito do disposto acima, ocorrendo o empate, proceder-se-á da seguinte forma:

a) A Microempresa ou a Empresa de Pequeno Porte mais bem classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, situação em que será declarado vencedor;

b) Não ocorrendo à contratação da Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte na forma da letra "a" acima, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na hipótese do descrito no Item 6.7, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;

c) No caso de equivalência dos valores apresentados pelas Microempresas ou Empresas de Pequeno Porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos no Item 6.7, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

6.9- Na hipótese da não contratação nos termos previstos no Item 6.8, o objeto licitado será declarado vencedor do certame o licitante detentor da proposta originariamente de menor valor.

6.10- Ao final da(s) sessão(ões), realizada(s) em ato público, será lavrada ata, devidamente assinada por todos os presentes, com a verificação da conformidade de cada proposta ao Edital, julgamento e classificação dos mesmos;

6.11- É facultado à Prefeitura Municipal de André da Rocha/RS, em qualquer fase da Licitação, promover diligências destinadas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo.

6.12- Deliberação da autoridade competente quanto à homologação e adjudicação do objeto da licitação.

6.13- Devolução do envelope nº 02 – Proposta, aos licitantes inabilitados após o decurso dos prazos da Lei.

## **7- DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS**

7.1- Os recursos administrativos interpostos pelos licitantes serão analisados, primeiramente pela Comissão de Licitações e posteriormente, se for o caso, pela Procuradoria Jurídica do Município de André da Rocha, respeitados os prazos previstos na Lei 8.666/93 e posteriores alterações;

7.2- Não serão acatados recursos apresentados fora do prazo legal e/ou subscritos por representantes não habilitados legalmente ou não credenciados no processo para responder pelo licitante.

7.3 - Em todas as fases da presente licitação, serão observadas as normas previstas nos incisos, alíneas e parágrafos do Art. 109 da Lei nº 8.666/93 atualizada pela Lei nº 8.883/94 e alterações posteriores.

## **8- DOS PRAZOS**

8.1 - Esgotados todos os prazos recursais, a Administração, no prazo de 05 (cinco) dias, convocará o vencedor para assinar o contrato, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei n.º 8.666/93. Após 15 (quinze) dias da assinatura do contrato a empresa deverá apresentar a ART de execução da(s) obra(s), com responsável pela execução da(s) mesma(s) e o comprovante de abertura de matrícula no **INSS – CEI**, referente ao objeto contratado.

8.2 - O prazo de que trata o item anterior poderá ser prorrogado uma vez, pelo mesmo período, desde que seja feito de forma motivada e durante o transcurso do respectivo prazo.

8.3 - Se, dentro do prazo, o convocado não assinar o contrato, a Administração convocará os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado, inclusive quanto aos preços atualizados pelo critério previsto neste edital, ou então revogará a licitação, sem prejuízo da aplicação da pena de multa, no valor correspondente a **5% (cinco por cento)** do valor do contrato e mais a suspensão temporária da participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração por prazo de 02 (dois) anos.

8.4 - O contrato a ser formalizado vigorará desde a sua assinatura, sendo contado o prazo para conclusão das obras em noventa (90) dias, a partir das autorizações de início da(s) obra(s) emitidas pelo Engenheiro responsável, podendo ter sua vigência prorrogada, por um período de até quarenta e cinco (45) dias, no caso de ocorrência das exceções previstas no art. 57, suas alíneas, incisos e parágrafos da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

8.4.1. – O prazo de conclusão da(s) obra(s) é de noventa (90) dias, e começará a ser contado(s) a partir da autorização de início da(s) obra(s) emitida pelo Engenheiro Responsável, onde o(s) licitante(s) vencedor(es) será(ao) notificado(s) pelo Setor de Obras do Município, para que inicie(m) a(s) obra(s) dentro de três (03) dias úteis.

8.5- Do contrato a ser assinado com o vencedor da presente licitação constarão as cláusulas necessárias e previstas no art. 55, e a possibilidade de rescisão do contrato, na forma determinada nos artigos 77 a 79 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

8.6- O tempo em que a(s) obra(s) permanecer (em) embargada(s) será contado como tempo de execução.

8.7 – A contratada deverá fornecer laudo de controle tecnológico com a informação da espessura de todas as camadas pavimentadas, após a conclusão da obra.

## **9- DO LOCAL DA EXECUÇÃO DA OBRA:**

9.1– A obra deverá ser executada pela CONTRATADA no acesso SUL da BR-470, na saída para Nova Prata, da Avenida Buarque de Macedo, no Município de André da Rocha/RS, com pessoal e materiais próprios **e em estrita conformidade** com o que dispõem Projetos Técnicos, Memoriais Descritivos, Orçamentos e Cronogramas Físicos- Financeiros das obras, todos em anexo, os quais fazem partes integrantes da presente licitação.

## **10- DAS PENALIDADES**

10.1- A Administração, no uso de suas prerrogativas que lhe confere o inciso IV, do art. 58 e 87, incisos I, II, III, IV e parágrafo primeiro ao terceiro da Lei Federal nº 8.666/93 e alterações, aplicará sanções, se houver descumprimento com o disposto no presente contrato ou com a proposta apresentada.

10.2- Na ocorrência de uma ou mais das situações abaixo relacionadas, será aplicada, à Contratada, multa em razão de 10% (dez por cento) calculado sobre o valor total do contrato, juntamente com advertência até a efetiva regularização da situação, sendo que o prazo para a regularização será de no mínimo 2 (dois) dias úteis e no máximo 5 (cinco) dias úteis, conforme cada caso, após esse prazo, a contratação será rescindida, sendo aplicada à pena prevista no inciso III, do art. 87 da Lei Federal nº 8.666/93 e alterações, pelo período de 24 (vinte e quatro) meses:

I- Recusa injustificada em proceder ao início dos trabalhos, num prazo de até 05 (cinco) dias contados da assinatura do contrato.

II- No caso de suspensão ou paralisação da obra sem motivo justificado.

III- O descumprimento total ou parcial de toda ou qualquer obrigação assumida através do presente contrato.

IV- Quando comprovado que os serviços e ou materiais não correspondem ao especificado na proposta, obrigar-se-á a empresa contratada a reparar, corrigir ou substituir às suas expensas, no total ou e parte, os serviços em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções, sob pena de a contratante não considerar cumprida a obrigação.

10.3- A Administração, para garantir o fiel cumprimento das multas, reserva-se o direito de reter o valor contra qualquer crédito gerado pela Contratada, independente de qualquer notificação judicial ou extrajudicial.

10.4- As penalidades previstas neste item serão aplicadas sem prejuízo das cominações estabelecidas na Lei Federal nº 8.666/93, de 21 de junho de 1993 e alterações introduzidas pela Lei Federal nº 8.883/94, de 08 de junho de 1994.

10.5- Pela inexecução total ou parcial do contrato, a Administração poderá garantir a prévia defesa, aplicar à Contratada as seguintes sanções, conforme o art. 87, da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores:

a) Advertência;

b) Multa de 2% (dois por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inadimplemento de qualquer cláusula do contrato, dobrável no caso de reincidência.

c) Suspensão temporária de participar em licitações e impedimento de contratar com esta municipalidade por um período não superior a dois anos;

d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a empresa penalizada ressarcir a contratante pelos prejuízos resultantes após o prazo da sanção aplicada, com base no item 10.5, letra "c" desta Tomada de Preços.

10.6- As multas deverão ser recolhidas dentro do prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da correspondente notificação, ou descontadas do pagamento, ou ainda, quando for o caso, cobradas judicialmente.

10.7- As multas são independentes e a aplicação de uma não exclui uma das outras.

10.8- Será facultado ao licitante o prazo de 05 (cinco) dias úteis para apresentação de defesa prévia, na ocorrência das situações previstas.

## **11- DA RESCISÃO CONTRATUAL**

11.1- Constituirão motivos para a rescisão do contrato, independente da conclusão do seu prazo:

a) razões de interesse público;

b) alteração social ou modificação da finalidade ou estrutura da empresa contratada que venha a prejudicar a execução do contrato;

c) mudanças na legislação em vigor sobre licitações, impossibilitando a execução do presente contrato;

d) descumprimento de qualquer cláusula contratual;

e) ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do acordado entre as partes;

f) por acordo entre as partes, reduzido a termo no processo licitatório, desde que haja conveniência para o Município.

## **12. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**

12.1. Os pagamentos serão realizados da seguinte forma o pagamento será realizado em conformidade do cronograma físico-financeiro, em duas (02) etapas, contando com trinta (30) dias a primeira etapa e 60(sessenta) dias a segunda etapa, e após vistoria da obra e emissão

de Laudo de Medição pelo Engenheiro da Prefeitura Municipal de André da Rocha – RS, quando então o licitante vencedor emitirá Nota Fiscal de Fatura, e o Município procederá o pagamento em até dez (10) dias após a emissão da mesma.

12.2. Nos pagamentos serão retidas do valor da contratação todas as retenções previdenciárias, impostos e taxas permitidos por lei.

12.3. Os licitantes vencedores deverão obrigatoriamente fornecer as Notas Fiscais de Fatura, constando a identificação do presente Procedimento Licitatório (Tomada de Preços Nº002/2016), de que trata o presente certame.

12.4. As Notas Fiscais de Fatura, **referentes a materiais e mão-de-obra, deverão ser emitidas em separado, fazendo constar referente a Tomada de Preços nº 002/2016.**

12.5. As garantias depositadas serão restituídas quando da entrega da CND (Certidão Negativa de Débito) das obras, demonstrando situação regular no cumprimento de encargos sociais com INSS das obras.

12.6. Após a conclusão das obras, o Município emitirá um TERMO DE RECEBIMENTO PROVISÓRIO.

12.7. Decorrido todos os prazos que comprovem a adequação do objeto aos termos contratuais, observado o disposto no art. 69 da Lei 8.666/93, será dado aceitação e emitido TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO.

12.8- Não serão concedidos sob qualquer hipótese adiantamentos de recursos financeiros sob qualquer título.

### **13- DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES**

13.1- O(s) licitante(s) vencedor (es) fica(m) obrigado(s) a aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem na obra, até o montante de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, nos termos do parágrafo 1º, do art. 65 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

### **14- DO REAJUSTAMENTO**

14.1– A presente contratação não sofrerá qualquer reajuste.

### **15- DAS ALTERAÇÕES E DO REESTABELECIMENTO DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO.**

15.1– O contrato a ser firmado com o(s) licitante(s) vencedor(es) poderá ser alterado por aditamento, no que couber, nos casos previstos no art. 65, incisos II, suas alíneas e parágrafos da Lei Federal nº 8.666/93, alterada pela Lei Federal nº 8.883/94, desde que requerido pela CONTRATADA, e documentalmente comprovado o desequilíbrio contratual.

15.2– Havendo alteração unilateral do contrato, o CONTRATANTE deverá por aditamento, restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro inicial.

### **16- DOS ENCARGOS E TRIBUTOS**

16.1- No valor cotado deverão estar inclusos todos os encargos sociais, trabalhistas, tributários e demais incidentes sobre as obras, os quais serão de inteira responsabilidade da(s) CONTRATADA(s), inclusive como condição indispensável para restituição da garantia, a(s) CONTRATADA(s) deverá (ão) apresentar a **CND – Certidão Negativa de Débitos** da obra de sua responsabilidade.

## **17- DA QUALIDADE DOS MATERIAIS E SERVIÇOS**

17.1. Os materiais e serviços utilizados nas obras deverão obedecer rigorosamente às especificações constantes nos Projetos Técnicos, Memoriais Descritivos, Orçamentos e Cronogramas Físico-Financeiros das obras, normas técnicas da ABNT, sendo vedada a sua modificação ou a alteração, cabendo a CONTRATADA a promoção das correções que se apresentarem necessárias de acordo com as determinações do órgão técnico da Prefeitura Municipal, que somente aceitará as obras mediante Termo de Recebimento.

17.2. Mediante justificativa técnica do Setor Responsável da Prefeitura Municipal para acompanhamento e fiscalização da obra, no curso de sua execução, as mesmas poderão sofrer pequenas alterações para melhor adequação, devendo a(s) CONTRATADA(s) adequar-se as exigências solicitadas pela Administração.

## **18. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA**

18.1 - As despesas decorrentes da contratação oriunda desta licitação correrão à conta de dotações próprias do exercício financeiro de 2016 anexadas ao presente processo licitatório.

## **19 – DO HORÁRIO PARA VISTORIA DO LOCAL DA OBRA**

19.1 – As visitas ao local das obras serão realizadas pelo turno da manhã, no horário compreendido das 08h30min, às 11h30min, mediante prévio agendamento com a Secretaria de Obras, pelo fone: (54) 3611-1327.

## **20. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

20.1- Fica assegurado ao Município o direito de, no interesse da Administração, revogar a qualquer tempo, no todo ou em parte, a presente licitação, ou anulá-la por ilegalidade dando ciência aos participantes em despacho fundamentado, sem obrigação de indenizar (art. 49 da Lei Federal 8.666/93 e alterações posteriores).

20.2- A presença do representante de cada empresa licitante, na apresentação da proposta, é aconselhada para dirimir dúvidas.

20.3- O não comparecimento de qualquer dos licitantes participantes às reuniões convocadas pelas Comissões não impedirá que estas se realizem.

20.4- Não serão consideradas as propostas que deixarem de atender qualquer das disposições do presente edital.

20.5- Em nenhuma hipótese serão aceitos quaisquer documentos ou propostas fora do prazo e local estabelecidos neste edital.

20.6- Não serão admitidas, por qualquer motivo, modificações ou substituições das propostas ou quaisquer outros documentos.

20.7- Só terão direito a usar a palavra, rubricar as propostas, apresentar reclamações ou recursos, assinar atas e contratos, os licitantes ou seus representantes credenciados e os membros da Comissão Julgadora.

**Observação:** Não serão lançadas em ata consignações que versarem sobre matéria objeto de recurso próprio, como por exemplo, sobre os documentos de habilitação e proposta financeira (art. 109, inciso I, a e b, da Lei n.º 8.666/93 e suas alterações posteriores).

20.8- Uma vez iniciada a abertura dos envelopes relativos à habilitação, não serão admitidos à licitação os participantes retardatários.

20.9- Do contrato a ser assinado com o vencedor da presente licitação constarão as cláusulas necessárias previstas no art. 55, e a possibilidade de rescisão do contrato, na forma determinada nos artigos 77 a 79 da Lei n.º 8.666/93 e suas alterações posteriores.

20.10- A habilitação, inabilitação e publicação do resultado de julgamento das propostas serão publicadas através de edital a ser fixado no Quadro de Avisos da Prefeitura Municipal, a partir da qual se contará prazo para interposição de recursos. A adjudicação do objeto da licitação ao licitante vencedor se dará depois de transcorrido o prazo recursal da fase de julgamento das propostas, ou, após a decisão dos recursos eventualmente interpostos, ou ainda, em prazo inferior, caso haja desistência expressa do direito de recurso por parte dos licitantes e será igualmente publicada no Quadro de Avisos da Prefeitura Municipal. Não estando presentes aos atos de julgamento da licitação todos os licitantes, será procedido na forma do art. 109, § 1º, da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

20.11- Fica eleito o Foro da Comarca de Nova Prata – RS, para dirimir eventuais litígios decorrentes do presente Edital.

20.12- Constituem anexos deste edital, dele fazendo parte integrante: Projetos Técnicos, Planilhas de orçamentos, Cronogramas Físico- Financeiros das obras e Minuta de Contrato.

## **21. DAS INFORMAÇÕES:**

21.1 - Maiores informações serão prestadas aos interessados no horário de expediente da Prefeitura Municipal de André da Rocha, na Secretaria Municipal da Administração, na Av. Marcolino Pereira Vieira, nº. 1393, em André da Rocha/RS, ou pelo telefone (54)3611-1330, onde poderão ser obtidas cópias do edital.

André da Rocha/RS, 29 de fevereiro de 2016.

Este edital se encontra examinado e aprovado por esta Assessoria Jurídica.

Em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_.

\_\_\_\_\_  
OAB/RS  
Assessor Jurídico

Idair Bedin  
Prefeito Municipal



## ANEXO I

### RECOMENDAÇÕES TÉCNICAS

#### LOCALIZAÇÃO DA USINA PARA MISTURAS ASFÁLTICAS

Um aspecto importante na execução dos pavimentos asfálticos principalmente com concreto betuminoso usinado a quente, é a localização da usina para a produção de misturas asfálticas. Sua localização interfere em vários fatores, dos quais citamos.

**Tempo de Viagem:** Deve ser o menor possível entre a usina e a obra, a fim de evitar consequências danosas no desequilíbrio da relação temperatura/viscosidade. Muitas vezes, quando o tempo de viagem é grande (longo percurso, tráfego lento ocasionado por congestionamento, neblina, más condições das estradas, etc.), usa-se o artifício do superaquecimento da mistura, prática que leva a redução da sua qualidade ou até à chamada queima de mistura, desqualificando-a para o uso.

**Distância:** O percurso até o local da obra deve ser o mais curto possível, porque reflete no custo do transporte e na manutenção da qualidade da mistura produzida, conforme demonstrado no item anterior (Tempo de Viagem). Soma-se a isto a qualidade do caminho percorrido, pois trepidações excessivas podem causar segregações dos materiais, o que é danoso para o fim a que se destina pavimentos asfálticos.

**Temperatura:** As condições climáticas agem diretamente sobre a qualidade das misturas, devido às variações que podem provocar no contato com a temperatura ambiente, principalmente em regiões de clima frio. Somadas à distância e ao tempo de viagem, estas variações de índices de temperatura podem atingir valores que podem comprometer as condições de espalhamento e compactação recomendadas nas especificações (DAER – ES – P – 16/91).

**Fiscalização:** A fiscalização precisa estar presente em todas as etapas de execução da pavimentação, desde a preparação da mistura até o espalhamento e compactação da obra. Em função da distância usina-obra e das dimensões da obra será determinada equipe de fiscalização, refletindo num maior ou menor custo. Com distância e tempo de percurso menor, evitam-se também conflitos entre fiscalização e executores que podem ocorrer na rejeição de material considerado inadequado pela fiscalização, devido ao resfriamento e conseqüente perda de quantidade da mistura.

Considerando estes fatores, entendemos recomendável o tempo máximo entre a usina de asfalto e a obra a ser executada não deverá ser superior a 90 minutos, tempo este que, com os devidos cuidados e diante das condições climáticas favoráveis, não comprometeram a qualidade das misturas produzidas para a obra.

André da Rocha, fevereiro de 2016.

David Postal  
Eng. Civil CREA – RS 93580